



OS DESAFIOS NO ENSINO DO DISCURSO DIRETO E INDIRETO
(THE CHALLENGES ON THE TEACHING OF THE DIRECT AND THE
INDIRECT SPEECH)

Vanice Maria Oliveira SARGENTINI (Univ. Federal de São Carlos)

ABSTRACT: This paper presents a study about direct and indirect speech based upon a Discourse Analysis framework. The aim of the study is to give contributions to a teaching practice, which, although described in the national syllabuses Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais), is still to be built.

KEYWORDS: *Discourse Analysis; Direct and Indirect Speeches*

0. Palavras iniciais

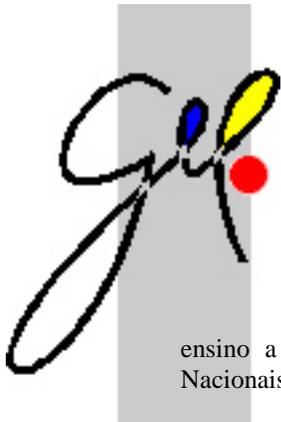
Não é sem razão que os atuais Parâmetros Curriculares propõem aos professores que os conteúdos a serem estudados sejam abordados considerando as relações discursivas e, portanto, também enunciativas nas quais estão inseridos. Seguindo tais parâmetros, já não é possível pensarmos no ensino/ aprendizagem de tópicos pertencentes ao ensino fundamental sem termos claro o fato de que estes ocorrem na interação social. Assim, reproduzindo palavras dos Parâmetros Curriculares Nacionais “interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva: dizer alguma coisa a alguém, de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução” (Brasil.S.E.F, 1998:20).

Fundamentando-nos na linha de pesquisa da Análise do Discurso, que se pauta sobre a concepção dialógica da linguagem, privilegiamos, neste artigo, a reflexão sobre o emprego do discurso direto e indireto. A escolha por este tema surgiu a partir do relato de professores do ensino fundamental sobre como os alunos, particularmente do 3º ciclo escolar (5ª e 6ª séries), sentem dificuldade em aprender este conteúdo.

Avaliando, juntamente com alunos do curso de Letras, a forma como alguns livros didáticos apresentam este tópico, observamos que são freqüentes exercícios que solicitam aos alunos que transformem o discurso indireto em direto sempre considerando que este é a origem daquele.

Nosso questionamento será sobre qual é a relevância de um aluno aprender a transformar um discurso em outro se ele não tem claro que efeitos de sentido são obtidos no momento em que o enunciador escolhe empregar um dos discursos e não outro.

Considerando o fato de que o enunciador ao enunciar obtém efeitos de sentido diferentes ao empregar o discurso direto ou o indireto, procuraremos apresentar (I) reflexões sobre o emprego de tais discursos e (II) exemplos de como tais reflexões podem migrar para o ensino, voltando-se para o desenvolvimento de uma prática de



ensino a ser construída de acordo com as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais.



1 Repensando o ensino do discurso direto e indireto à luz da Análise do Discurso

Estudiosos da Análise do Discurso já debruçaram longa atenção ao emprego do discurso direto e indireto. O postulado da heterogeneidade discursiva e enunciativa indicaram novos enfoques de estudos deste tópico. Passa-se a considerar o fato de que todo discurso é um já dito de outros discursos e o que é novo é a cena enunciativa na qual a enunciação ocorre.

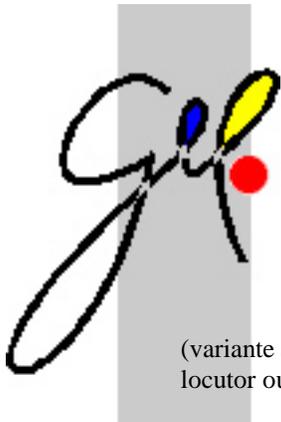
Segundo Maingueneau (1996) os processos gramaticais de integração de um discurso citado em um discurso citante são o emprego do discurso direto, indireto e indireto livre.

O sujeito falante para introduzir a voz do outro em discurso direto precisa criar no interior de sua enunciação um simulacro para delegar a sua voz a um locutor, delegando, portanto a ele a responsabilidade de sua fala e, com isso, garantindo a imagem de objetividade de seu discurso. Há neste funcionamento a presença de dois sistemas enunciativos definidos por fronteiras como as marcas dêiticas, o uso de aspas e travessão.

O discurso indireto é marcado pela presença de apenas um sujeito falante, que, no exercício de fundir o seu discurso ao discurso do outro, apaga a outra cena enunciativa, deixando entrever só uma situação de enunciação. O enunciador do discurso indireto possui, entretanto, a possibilidade de utilizar ou não as próprias palavras do discurso do outro e como exercita este direito de escolha pode marcar um distanciamento explícito entre o seu discurso e o discurso citado, ou inserir marcas de sua interferência, ou ainda não marcar um distanciamento explícito, tornando impossível saber a quem se deve atribuir as marcas da subjetividade. Sabendo da argumentatividade inerente à linguagem, não há dúvida de que o sujeito falante faz uma escolha motivada pelos efeitos de sentido que pretende obter com seu discurso.

Os verbos introdutórios (em geral verbos dicendi) do discurso direto ou indireto merecem uma atenção especial, pois podem revelar tanto o modo de expressão do locutor, como o a interpretação do conteúdo. Para Maingueneau (1996), no discurso indireto tal fato é muito marcado, pois, necessariamente, ocorre um verbo dicendi introduzindo uma subordinada objetiva e tal verbo pode expressar um valor descritivo (repetir, anunciar, etc) ou um julgamento de valor (reprovar, ousar afirmar, etc).

A decisão pelo emprego do discurso direto ou pelo indireto dá-se, portanto, em razão dos efeitos de sentido a serem criados no texto. O discurso direto demonstra o desejo do enunciador de ser objetivo ou literal na transcrição das palavras do outro, assim, cria, também, o efeito de sentido de realidade ou de justiça e fidelidade às palavras do outro. O discurso indireto ao apresentar a voz do locutor subordinada à enunciação do enunciador cria uma imagem do locutor ao ressaltar o que foi dito (variante analisadora de conteúdo), mostrando sua posição ideológica ou seu modo de ser psicológico. Já se o enunciador privilegia ressaltar a forma como a fala foi dita



(variante analisadora de expressão), cria-se o efeito de sentido de revelar a qualidade do locutor ou seu estado de espírito.



0. Alguns exemplos

Quando os livros didáticos abordam o estudo do discurso direto e indireto, há nos exercícios grande preocupação em mostrar as regras de transformação das formas do discurso citado em formas do discurso citante; recorre-se, portanto, ao estudo das modificações dêiticas já que se apaga a coexistência de dois sistemas enunciativos.

Com certeza é um exercício pertinente, porém, propomos neste trabalho um exercício que se preocupa em apontar por que razões fazemos a opção pelo emprego do discurso direto ou indireto e que efeitos obtêm-se ao empregar-se um ou outro.

Para apresentarmos alguns exemplos recorreremos a textos publicados em uma revista infanto juvenil. Um deles foi produzido por um jovem de 12 anos que, entre outros, responde à pergunta “Menino pode chorar?” da seguinte forma: - “Os meus colegas falam que meninos não podem chorar, mas sempre acabam chorando porque, como as meninas, eles também têm essa necessidade.” Sugerimos, a partir deste texto, que os alunos reflitam sobre a escolha pelo emprego do discurso indireto e delegação de voz a outro. O jovem poderia ter respondido a tal questão apresentando-a em primeira pessoa do singular, porém, opta por expressar sua opinião distanciando-se do discurso, delegando a sua voz a um outro, pois assim não se compromete com o que diz e cria o efeito de sentido de que seu posicionamento é indiscutível, pois os fatos mostram que sua pressuposta opinião é um senso comum. Enfim, a escolha pelo emprego do discurso indireto torna-se um recurso lingüístico perfeito para este jovem que não quer explicitar seus sentimentos.

Um outro exemplo a ser citado ocorre no quadro *Meu dia inesquecível* publicado mensalmente na revista infanto juvenil *Veja Kid +*. Os editores solicitam aos leitores que escrevam para a revista, caso tenham uma história de um dia inesquecível de sua vida, contando a sua história. Como a revista não faz menção à estrutura que o texto deve ter, presume-se que deva ser encaminhado uma carta em estrutura narrativa. Observamos, entretanto, que o texto publicado adquire um novo formato que exige adaptações. A narração recebe ilustração e é transformada em quadrinhos. Assim, o texto que antes expunha uma narração com a presença ou não do discurso direto, ganha personagens que, necessariamente, falam em discurso direto. Tal exemplo leva-nos a mostrar ao aprendiz, que a escolha por introduzir o discurso direto é motivada pelo desejo de criar o efeito de sentido de realidade; para mostrar que não se trata de uma história fictícia, mas de um fato verídico, ainda que seja um simulacro da realidade. Porém, como houve uma adaptação da carta do leitor para os quadrinhos, observam-se diferenças entre o texto dos quadrinhos sobre o Meu Dia Inesquecível e o texto de histórias em quadrinhos que já na origem é escrito para esse gênero. Uma delas é que no primeiro há uma elevada ocorrência da voz do narrador. A reflexão sobre as adaptações e forma de apresentação deste texto devem direcionar o aprendiz a avaliar a relevância do emprego do discurso direto.



1. Considerações Finais

As reflexões apresentadas à luz da Análise do Discurso permitem-nos explorar ainda vários efeitos de sentido que se dão considerando a escolha dos verbos introdutórios ou, ainda, as discordâncias ideológicas existentes entre enunciador e locutor. Tais efeitos não estão aqui exemplificados, dada a limitação de espaço deste artigo, porém, tratam-se, entre outros, de valiosos recursos à disposição do sujeito-falante. Defendemos, apresentando alguns exemplos, a importância de apontarmos aos aprendizes que efeitos de sentido são obtidos nos textos conforme o emprego do discurso direto ou indireto. Saber utilizar as formas de discurso, não é para nós apenas empregar corretamente as regras de transformação de discurso direto para indireto; é, sobretudo, saber por quais razões foram empregados.

RESUMO: Este artigo apresenta uma reflexão sobre o ensino do discurso direto e indireto à luz da linha de pesquisa da Análise do Discurso. Objetiva-se com isso contribuir para uma prática que, embora esteja delineada no Parâmetros Curriculares Nacionais, está por construir.

PALAVRAS CHAVES: Análise do Discurso; discurso direto e indireto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.- Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FIORIN, J. L. As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo. Ática: São Paulo, 1996.
- MAINGUENEAU, D. Elementos de lingüística para o texto literário. Martins Fontes: São Paulo, 1996.